

<https://doi.org/10.15202/1981996x.2018v12n2p15>

## **A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DO ANARQUISMO PERANTE A QUESTÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: DIMENSÕES DA LUTA NA ARGENTINA E NO BRASIL**

### **THE HISTORICAL EXPERIENCE OF ANARCHISM TO THE QUESTION OF GENDER RELATIONS: DIMENSIONS OF THE FIGHT IN ARGENTINA AND BRAZIL**

**Angela Maria Roberti Martins\***

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),  
São Paulo, SP, Brasil  
angelaroberti@uol.com.br

**Ingrid Souza Ladeira de Souza**

Mestranda em História no PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
ingridladeira@yahoo.com.br

\*Autor para correspondência

#### **RESUMO**

O presente artigo aborda as concepções libertárias sobre as relações de gênero, colocando em evidência as experiências dos movimentos anarquistas de Argentina e Brasil. Seu propósito é problematizar as temáticas ligadas à sexualidade, as quais seriam indispensáveis na construção de novas subjetividades que apontavam para a necessidade da transformação dos papéis sociais/sexuais de homens e mulheres em benefício de uma ética libertária. Tendo como fonte escritos femininos e masculinos publicados na imprensa anarquista de ambos os países, traça um breve panorama dos debates que envolviam as libertárias e os libertários sobre as questões do amor livre, da livre união, da emancipação feminina, em fins do século XIX e início do século XX. O artigo contribui para os estudos de gênero, apresentando reflexões históricas sobre o posicionamento libertário diante de temas relativos às questões femininas, revelando que muitos desses assuntos permanecem vivos, atravessando os séculos.

**Palavras-chave:** Anarquismo. Mulheres. Gênero

#### **ABSTRACT**

This article deals with libertarian conceptions about gender relations, highlighting the experiences of the anarchist movements of Argentina and Brazil. Its purpose is to problematize themes related to sexuality, which would be indispensable in the construction of new subjectivities that pointed to the need to transform the social / sexual roles of men

and women in favor of a libertarian ethic. Having as a source women's and men's writings published in the anarchist press of both countries, it briefly outlines the debates that involved libertarians and libertarians on the issues of free love, free marriage, female emancipation in the late nineteenth century and beginning of the 20th century. The article contributes to gender studies, presenting historical reflections on the libertarian positioning on themes related to women's issues, revealing that many of these subjects remain alive, going through the centuries.

**Keywords:** Anarchism. Women. Gender

## 1 INTRODUÇÃO

Certamente você, leitora/leitor, já ouviu falar de Anarquia. Anarquia como sinônimo de desordem, bagunça, confusão, caos. Entretanto, esse não é o único significado desse substantivo. E nem é nesse sentido que vamos falar de Anarquia aqui neste artigo. E para tanto, vamos começar explicando a imprecisão ou mesmo a ambiguidade que cerca o uso desse vocábulo.

Começemos por esclarecer que o termo anarquia, do qual deriva o vocábulo anarquismo, origina-se precisamente da palavra grega *árcho*, empregada para definir governo, e do prefixo, também grego, *an*, que significa “sem”/“falta”/“ausência”. *Anarcho*, portanto, significa sem governo.

Etimologicamente, então, anarquia quer dizer estar ou viver sem governo, sem autoridade. Por conseguinte, anarquismo é a corrente de pensamento que defende, entre outros, a ideia de que as sociedades humanas podem e devem organizar-se de outra forma, sem a presença do Estado e sem o estabelecimento de relações coercitivas e hierarquizadas.

Ora, foi se baseando na noção de ausência de governo e fim do Estado, que muitos críticos e detratores do anarquismo passaram a utilizar o vocábulo anarquia como sinônimo de desordem e a considerar o anarquista como um destruidor da sociedade.

O que temos, com efeito, é que o anarquismo, desde que surgiu, no contexto europeu do século XIX, caracteriza-se como o movimento que recusa quaisquer formas de ordenação social coercitivas, autoritárias e centralizadoras, propugnando uma ética libertária, orientada por maneiras mais solidárias, livres e criativas de viver.

Logo, nessa perspectiva, os anarquistas sempre apresentaram uma crítica contundente ao Estado e às instituições que dele derivam (Justiça, Educação, Família, Igreja), todas centradas na força e consideradas extensões da autoridade no seio da sociedade. Nas

suas ideias e ações, o anarquismo projetou-se, no tempo e no espaço, de maneira diversificada, uma vez que as várias orientações anarquistas surgidas ao longo do século XIX e muito atuantes no alvorecer do século XX apresentavam diferenças quanto a alguns preceitos teóricos e a determinadas estratégias de ação. Mantinham, no entanto, como ponto em comum a defesa incondicional da liberdade e da igualdade, a negação do princípio da autoridade e a rejeição da sociedade polarizada, segundo afirmavam, em produtores e parasitas.

O que sempre diferenciou os anarquistas de outros grupos socialistas foi o repúdio ao Estado, considerado o maior inimigo, independente da corrente a que se vinculavam seus militantes. Tido como uma abstração que sintetizava autoridade e centralismo, burocracia e hierarquização, o Estado, além disso, era encarado pelos anarquistas em geral, como o principal sustentáculo do capitalismo, poder econômico que causava a miséria material e moral da humanidade.

O Estado era odiado não apenas por sua autoridade, mas também porque era um órgão repressivo que regulamentava a vida de homens e mulheres, limitando a liberdade de ação e decisão.

Da mesma forma, os anarquistas criticavam ardentemente o poder em todas as suas instâncias, indo além da relação entre Estado e indivíduos, tentando atingir os poderes pequenos que se manifestavam nas relações cotidianas entre homens e mulheres, professores e alunos, pais e filhos, médicos e pacientes (BIAJOLI; VIEIRA, 2008, p. 200).

Com uma proposta revolucionária, por excelência, os anarquistas acreditavam e lutavam pela criação de um mundo outro; igualitário, justo, livre e autogestionário, com o fim da exploração do homem pelo homem, a prevalência da emancipação humana, da solidariedade e do coletivo, a abolição do Estado e das relações de poder.

Além disso, dada a defesa incondicional da liberdade, defenderam, quase sempre, a igualdade entre os gêneros, a instauração do amor livre, da livre união, da maternidade voluntária e consciente, entre outras ideias inovadoras para o novo arranjo social/sexual que pretendiam em uma sociedade efetivamente livre, ou seja, aquela que aboliria qualquer forma de autoridade e expropriaria a propriedade.

A essa altura, você, leitora/leitor, deve estar se perguntando por que falar de anarquismo ainda hoje? E a esse questionamento nós podemos apresentar alguns fundamentos principais que levam em consideração uma perspectiva histórica.

Primeiro, as questões enfrentadas pelos anarquistas em fins do século XIX e início do século XX ainda permanecem, com maior ou menor intensidade, como pontos de discussão nesse alvorecer do século XXI, sendo, de certa forma, “presente”. Dentre essas questões, podemos enumerar aquelas que dizem respeito ao universo feminino, correspondendo, sobremaneira, à sexualidade e à emancipação femininas, tais como: o amor livre; a livre união; a livre desunião; o adultério feminino; a violência contra a mulher; a autonomia e a liberdade femininas; a virgindade; as relações de dominação entre os gêneros; a obrigação da procriação, o ciúme; o desejo carnal; o prazer sexual. Esses temas alimentaram o debate e a difusão do projeto de transformação social, moral e sexual dos libertários nos primeiros anos de vida republicana no Brasil e mesmo em outros países da América, como a Argentina, ainda em fins do século XIX.

Nessa dimensão, defende-se o princípio fundamental de que o “passado” não está aprisionado ao passado, não está apenas no passado: ele continua a ser presente, constituindo nossa sensibilidade, num “diálogo interminável” entre presente-passado-presente.

Segundo, vivemos um momento histórico sombrio, marcado por uma onda do conservadorismo moral e político, com o avanço de grupos ligados à direita e à extrema direita, quase sempre defensores do autoritarismo, partidários da intolerância, do preconceito e da discriminação e críticos contumazes das propostas de diversidade em todas as instâncias, sobretudo, na arena política e nas questões da sexualidade.

Diante desse cenário, recuperar as contribuições dos anarquistas no campo das ideias e das lutas em que se engajaram, justifica esse trabalho no sentido de que possamos refletir sobre sua experiência história o legado deixado por essa tradição. Os anarquistas, representam, pois, uma “longa experiência de resistência popular” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 139), fundamentada em um forte sentido político de transformação social e associação solidária.

Enquanto os governos, os grupos econômicos e a grande mídia, em geral, colocam tal resistência – libertária/anarquista - “como força política identificada com o passado” (PASSETTI, 2008, p.115), a atuação dos militantes anarquistas no presente, inclusive na oposição ao conservadorismo, aponta que “os anarquismos não cessam de acontecer” (PASSETTI, 2008, p. 110) e que os anarquistas (re)“inventam seus próprios percursos”.

Desse modo, leitora/leitor, esse artigo tem a pretensão de problematizar as discussões libertárias em torno do amor e da sexualidade, uma vez que seriam fundamentais para a construção de uma nova moral social/sexual e da formação de um “novo homem” e de “uma nova” mulher, mais livres e atuantes. Nessa referência, o trabalho visa contribuir com os estudos de gênero, tendo em vista que as reflexões históricas do passado nos convidam a questionar as razões da permanência da assimetria de gênero, servindo, ainda, como suporte de compreensão do gênero no presente.

### **1.1 Os homens anarquistas e a questão da moral sexual, das relações de gênero e da emancipação da mulher**

A questão feminina foi uma das marcas da discussão anarquista, mesmo que permeada por ambiguidades, conflitos e diferentes sensibilidades. Os libertários, em seu conjunto, reservaram um espaço, ainda que pequeno, para discutir a situação social da mulher em fins do século XIX e início do XX na chamada ordem burguesa e até mesmo para apontar os contornos de um novo arranjo social/sexual que redimensionaria as relações entre homens e mulheres na Anarquia.

Contestando a realidade vivida, os anarquistas, em geral, criticavam a chamada família burguesa, formada a partir de aliança política e econômica, e os valores que esta cultivava: a autoridade do homem, o ideal da maternidade, o controle social/sexual, o isolamento social. Rejeitavam o casamento contratual monogâmico indissolúvel, legitimado pela lei e santificado pela Igreja, uma vez que, para eles, feria, entre outros, o princípio da liberdade. Reprovavam a imposição social da procriação como fundamento do matrimônio e da vida da mulher e condenavam a submissão feminina e a dominação exercida pelo homem. Temas como a igualdade entre os sexos, a maternidade voluntária, a emancipação feminina, o amor e a união livres ocupavam as páginas de livros, opúsculos, folhetos e periódicos libertários.

Dentro os chamados “grandes anarquistas”, teóricos como Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Errico Malatesta se preocupavam com a formação de um *novo* homem e uma *nova* mulher, com o estabelecimento de novas relações afetivas e sexuais, com a reorganização familiar, enfim, com uma nova moral, fundada em um projeto pedagógico próprio, cujo compromisso maior seria a solidariedade - caminho seguro para a conquista da igualdade, da liberdade, do amor, do saber, da felicidade.

Bakunin foi um dos primeiros anarquistas a defender a autonomia e a igualdade femininas. Já em 1865, esse ativista russo declarou: “a mulher, diferente do homem, trabalhadora e livre como ele, é declarada sua igual em todos os direitos como em todas as funções e deveres políticos e sociais” (GUÉRIN, 1983, p. 65).

O também russo Kropotkin ampliou a linha de pensamento iniciada pelo “mestre”. No clássico *A Conquista do Pão*, de 1892, afirmou: “uma sociedade regenerada pela Revolução saberá fazer desaparecer a escravidão doméstica - talvez a mais tenaz por ser a mais antiga (KROPOTKIN, s/d, p. 110).

Tal como Bakunin e Kropotkin, o italiano Errico Malatesta também contemplou a mulher nos seus escritos ocupando-se, principalmente, dos assuntos do amor e da família tanto na ordem burguesa como na sociedade libertária, sob o prisma das relações entre o feminino e o masculino.

Em 1920, admitindo a necessidade de liberdade entre homens e mulheres para a formação de famílias fundadas exclusivamente no amor, destacou que a organização familiar da ordem libertária seria “[...] livre de qualquer laço legal, de qualquer forma de opressão econômica ou física, de qualquer preconceito religioso” (GRUPO ANARQUISTA 1º DE MAIO, 1984, p. 32).

Segundo Malatesta, a família, assim como o amor, eram direitos de homens e mulheres. O modelo da família na sociedade anárquica pressupunha a primazia do amor e fundava-se na livre escolha dos companheiros. Embora criticasse a dita família burguesa, Malatesta reconhecia a importância da família como espaço primeiro da reprodução e da difusão de valores essenciais como a união e a solidariedade. Como anarco-comunista, no entanto, apontava a família livremente formada, como lugar privilegiado da consolidação dos laços de união, de afetividade e de fraternidade, necessários à formação de uma vida pautada no bem-estar e na justiça social.

Como fundamento da “família natural”, Malatesta destacava o amor, enfatizando a união livre, a qual, baseada exclusivamente no afeto e na atração, deveria durar” ... tanto quanto dura[sse] o amor...” (LUIZETTO, 1987, p. 84). Por amor livre, entendia a liberdade de se entregar sem reservas a quem se escolheu. Ao contrário do que pensavam os detratores do anarquismo, o amor livre não era a imoralidade, a dissolução da família e do lar, o comércio do corpo, a libertinagem ou a socialização da mulher, mas a escolha voluntária e consciente

de dois seres que são únicos, como indivíduos e como amantes e, por isso mesmo, vivem uma entrega única e original enquanto existirem as razões que os aproximam.

Esse padrão de família baseada no amor e na liberdade, intensamente defendida por esse ativista italiano, sinalizava para um novo código de moral pertinente à sociedade libertária, que orientaria a nova relação dos sexos. Dizia ele: “nós queremos a liberdade, queremos que os homens e as mulheres possam amar-se e unir-se livremente sem outro motivo que não seja o amor, sem nenhuma violência legal, econômica ou física” (MALATESTA, 1905, p. 4).

Contraopondo-se ao esquema autoritário de exploração e dominação do casamento monogâmico indissolúvel controlado pelo Estado e sacramentado pela Igreja, criticando, portanto, o “...amor transformado em negócio ignóbil...”, Malatesta propôs a união livre baseada no amor, na liberdade, na igualdade entre o homem e a mulher e na dissolubilidade (MALATESTA, 1989, p. 20). Censurava contundentemente o caráter contratual e mercantil do casamento burguês, em que um comprava e o outro vendia ou era vendido, um mandava e o outro obedecia. Para ele, o amor não resistia a essa relação barganhista e autoritária, porque as partes estavam numa situação desigual de dominação, de hierarquia e de subordinação. Nessa relação de dependência e posse, a mulher fingia amar e ser amada, muitas vezes por razões econômicas, sentimentais e psicológicas. Nessa crítica pertinente, sinalizava para a consolidação da união livre, cujo critério de êxito seria unicamente o amor; fórmula segura para união a dois ser sinônimo de complementaridade (FREIRE, 1997, p. 61).

Combatendo o modelo da complementaridade entre os sexos, apresentou o modelo igualitário da semelhança entre os gêneros, o qual dissolve a questão do poder de um sexo sobre o outro a partir do instante em que os dois seres poderiam aceder às esferas econômicas, política, social e cultural em igualdade de condições.

Contraopondo-se à moral sexual burguesa que vincula sexo à procriação e que limita a sexualidade da mulher à reprodução, sugeriu que o prazer sexual seria um direito inalienável do ser humano. Criticou o ciúme e o sentimento de posse do macho sobre a fêmea como demonstrativos de desrespeito à liberdade alheia. Defendeu o direito do homem e da mulher de experimentar uma modalidade diversa de relacionamento. Vociferou contra a opinião pública, considerando-a “duma indulgência doentia para com os chamados crimes passionais...” (MALATESTA, 1905, p. 6).

Exercendo a crítica, foi enfático ao afirmar:

[...] eliminemos a opressão do homem sobre o homem, combatamos a brutal pretensão do macho de se crer dono da fêmea, combatamos os prejuízos religiosos, sociais e sexuais, asseguremos a todos, machos e fêmeas, adultos e crianças, o bem-estar e a liberdade, difundamos a instrução e teremos muitas razões de contentamentos se não ficarem outros males além dos do amor (MALATESTA, 1905, p. 5).

Seguindo, portanto, a mesma linha dos teóricos que o antecederam, Malatesta questionou as relações entre o homem e a mulher em determinados níveis da vida social, sobretudo naqueles que dizem respeito ao amor, à prática da sexualidade e à família. Assim fazendo, insinuou um novo modelo de masculinidade e de feminilidade, claramente contrários àqueles institucionalizados pelo mundo burguês masculino.

Direta ou indiretamente, esses discursos admitiam, no plano teórico, que a situação da mulher na dita ordem burguesa, herdeira de uma tradição misógina, era humilhante. Desse modo, reconheciam que a mulher precisava libertar-se de qualquer relação autoritária ocorrida no interior do lar, nos espaços da rua e do trabalho e até mesmo no ambiente e nas horas de lazer.<sup>1</sup>

## **1.2 As mulheres anarquistas e suas ideias sobre amor livre, livre união e emancipação: a experiência Argentina**

Com maior ou menor projeção, os discursos de igualdade de gênero e da emancipação feminina se faziam presentes no cenário latino-americano, em especial na Argentina e no Brasil, estimulando a publicação de artigos que ensejavam a reflexão sobre a posição da mulher na sociedade dominada pelo homem, a emancipação feminina e a igualdade para ambos os sexos. Assim, a imprensa libertária marcava sua importância política ao abrir espaço para as questões de gênero, em uma conjuntura marcada, de um lado, pelo discurso científico da inferioridade feminina e, de outro, pela ascensão dos movimentos de emancipação da mulher mundo afora.

---

<sup>1</sup>Sobre o assunto, consultar: MARTINS, Angela Maria Roberti. *“Cancioneiro Libertário”: das ideias às representações. Uma análise do anarquismo na perspectiva do gênero*. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. Esta dissertação consistiu em uma análise do anarquismo no que se refere às relações de gênero, colocando em contraposição o discurso igualitário dos anarquistas acerca dos sexos e as representações do feminino e do masculino contidas nos poemas libertários, fonte principal do trabalho desenvolvido.



Na Argentina, a propaganda pelo amor livre começou com o periódico *La Questione Sociale*<sup>2</sup> que publicava artigos em que proclamava o amor livre como um dos meios de libertação e emancipação de toda humanidade e de grande importância para a luta feminina. As militantes argentinas acreditavam que para alcançar a Revolução Social deveriam começar pelas pequenas mudanças no cotidiano.

O matrimônio, a vida sexual e o amor, com suas condutas pré-determinadas pelo conservadorismo burguês e a moral cristã, foram os motivos que impulsionaram as libertárias a discutirem e traçarem um plano próprio para as relações afetivas e sexuais. Esse plano próprio deveria basear-se no ideário anarquista e fazer parte dessa cultura libertária revolucionária, acarretando ações afirmativas e positivas para o futuro não muito distante.

O *La Voz de la Mujer*, um periódico anarquista do século XIX, lançado por mulheres e direcionado às mulheres, procurava estabelecer-se como um veículo comunicador voltado para assuntos femininos, discutindo, em muitos textos, as questões envolvendo a vida amorosa, conjugal e sexual das mulheres. Dentre os textos publicados dois ganham destaque por concentrar o debate não somente no amor livre, na união livre (ou livre união) e na sexualidade, mas incluindo questões referentes ao adultério e à maternidade.

Uma militante anarquista e colaboradora do *La Voz de la Mujer*, Carmem Lareva publicou na edição de número um (08 de janeiro de 1896) o primeiro texto em que debate as questões do amor livre e assuntos a ele correlacionados. O artigo *El Amor libre ¿Por qué lo queremos?*, discute a busca do amor livre pelas anarquistas, traçando um panorama do casamento na sociedade burguesa em fins do século XIX e apresentando as mulheres como vítimas de matrimônios fracassados que levavam a relações sexuais promíscuas, a adultérios e vidas infelizes para ambos os cônjuges.

Pepita Gherra, também militante e colaboradora, publicou no exemplar de número dois (31 de janeiro de 1896) o artigo *¿Amemos? no ¡Luchemos!*, ampliando as discussões sobre o amor livre. No texto, a autora discute o fator amor e como esse fator era relacionado a sociedade do século XIX e à posição da mulher diante do que se classifica como desmandos

---

<sup>2</sup>Publicado pela primeira vez em Buenos Aires em torno de 1885 reproduzia os conteúdos e possuía o mesmo nome do jornal publicado em Florença na Itália. Esse periódico, fundado por Errico Malatesta durante sua passagem pela Argentina, foi responsável por levantar as maiores polêmicas entre os anarquistas do século XIX. Reapareceu em 1894 sob a direção de Fortunato Serantoni. No ano de 1895 publicou uma série de folhetos denominados *Propaganda Anarquista entre las Mujeres*, divididos em cinco e escritos por mulheres e homens, os textos comprometiam-se com questões dirigidas para as mulheres.

sociais dos homens burgueses, e de alguns anarquistas, e até mesmo das próprias mulheres, principalmente, as burguesas. Segundo Pepita, amar podia significar uma vida de anulação e infelicidades para muitas mulheres.

Carmem Lareva, por sua vez, fazia uma crítica aos que ainda não compreendiam as intenções dos anarquistas e sua proposta de construção de novas formas de moralidade. Para mulheres e homens que ainda não haviam aderido à causa, o anarquismo parecia viver certos conflitos com as práticas da sociedade convencional, mais especificamente com que chamaremos de família tradicional burguesa.

[...] creen los ignorantes y dicen los mal intencionados que la idea Anárquica está en pugna con todo lo bueno, lo bello, con el arte, las ciencias, y sobre todo, con el hogar. En efecto, muy repetidas veces hemos tenidos ocasión de oír de los labios de algunas obreras lo siguiente: “¡Oh, bueno está vuestra idea Anárquica! ¡vosotras queréis que todas las mujeres de esposas, hijas, madres y Hermanas, nos convirtamos en mancebas, juguetes viles de las desenfrenadas pasiones del hombre! [...] (La Voz de la Mujer, 08 jan. 1896, p. 49).

Nesses tempos iniciais da militância, algumas mulheres criticavam as libertárias por seu projeto político social-anárquico. Reconheciam até que as ideias e propostas eram pertinentes, mas não entendiam o verdadeiro objetivo do projeto, acreditando que caso fossem adeptas dessa nova forma de sociabilidade e sociedade acabariam virando “joguetes ou brinquedos amorosos” dos homens.

A militante argumentava que as mulheres, ao longo da história, sempre sofreram com a submissão ao homem, sendo as maiores vítimas da sociedade, encontrando-se, portanto, em uma condição infeliz e excludente.

[...] Nosotras creemos que en la actual sociedad nada ni nadie es más desgraciada en su condición que la infeliz mujer. Apenas llegadas a la pubertad, somos blanco de las miradas lúbricas y cínicamente sensuales del sexo fuerte. Ya sea éste de la clase explotadora o explotada. Más tarde, ya “mujeres”, caemos las más de las veces víctimas del engaño en el lodazal de las impurezas, o en el desprecio y escarnio de la sociedad, que no ve en nuestra caída nada, amor, ideal, nada absolutamente, más que la “falta”. [...] (La Voz de la Mujer, 08 jan.1896, p. 49).

Nota-se que uma questão importante como a denúncia do assédio sexual já estava presente nos textos dos fins do século XIX e início do século XX. As mulheres sofriam com olhares, palavras e atitudes abusivas dos homens, os quais Lareva chama de “sexo fuerte”. Analisando a colocação de Lareva sobre os homens serem um sexo forte percebemos que a própria autora acaba por colocar a mulher em uma situação de inferioridade, diferente do que argumenta no texto e até mesmo do que tenta desconstruir em alguns artigos do periódico. Devemos considerar o espaço e o tempo em que o texto de Lareva foi escrito, levando em

conta que a autora estava limitada pelos pensamentos daquela sociedade mesmo sendo uma militante anarquista. A defesa e a difusão da derrubada de uma estrutura falocêntrica de origem patriarcal, era mais fácil no nível da teoria do que da vida prática e suas relações, tendo em vista estas estarem condicionadas por “prisões mentais de longa duração” (BRAUDEL, 1972, p. 14).

Esse “sexo fuerte” refere-se a todos os homens, opressores e oprimidos, sinalizando que independente da classe social as mulheres eram subjugadas pelo fato de serem mulheres. A lógica da dominação masculina não está relacionada apenas com uma questão de classe, mas como uma cultura; uma realidade em que o peso de uma estrutura de poder faz do sexo uma das formas preferidas de dominação, e cujo desdobramento imediato é a autoridade política do macho.

O objetivo dos padrões culturais impostos seriam imergir a mulher em um limbo de más condições na vida pública e privada. Para as libertárias e libertários, o casamento burguês tinha aspecto muito comercial, sendo pautado, muitas vezes, na transação entre o pai da jovem mulher e o futuro marido escolhido para o enlace. Sob o código civil burguês, o casamento favorecia apenas o homem, considerado o “dono” da esposa e de seus bens:

[...] a mulher deve obediência ao marido e é obrigada a habitar com ele e a segui-lo para onde quer que vá. (Código Civil). Sem autorização do marido ou sem o seu concurso, não pode a mulher demandar em juízo, bem como dar, alienar, hipotecar ou adquirir, coisas estas que o marido pode fazer. (Código Civil). Só o pai exerce autoridade sobre o filho. (Código Civil). [...] (ALBERT, 1980, p. 9).

No casamento burguês, a mulher era, portanto, totalmente submissa ao homem, sendo o enlace um real contrato de negócios entre as famílias. O matrimônio era imposto pelas famílias deixando as mulheres com uma falsa sensação de liberdade, pois eram obrigadas a vivenciar uma realidade sem amor e puramente comercial, regida, inclusive, pelo Código Civil, e sujeita a deveres conjugais (ALBERT, 1980, p. 17).

Carmen Lareva argumentava em seu texto que o matrimônio sem amor fracassava, sendo essa relação uma obrigação e imposição social entre mulheres e homens, o que acabava virando um “fardo sério e assustador” para ambos os envolvidos. Seguindo as “leis naturais” do casamento o próximo passo seria gerar filhos sem amor, complicando ainda mais a relação entre os casais.

[...] si realizamos lo que algunas creen su dicha, esto es el matrimonio, entonces nuestra condición es peor, mil veces peor. La falta de trabajo en el “marido”, lo escasso de la remuneración, las enfermedades, etc., hacen que lo que en outra circunstancia sería el colmo de la dicha, sea en nuestra condición una grave y temible

carga, para los “esposos”. En efecto nada tan bello, tan poético, tierno, agradable y simpático como un niño, un hijo ¡he ahí el colmo de la felicidad del matrimonio!; pero ¡ay del pobre! ay del hogar en donde se cierne la miseria y en donde hay un pequeño ser que necesite nuestros cuidados, nuestras caricias y atenciones ¡ay de aquel hogar! no tardará en producirse en él mil riñas y disgustos sin cuento.[...] (*La Voz de la Mujer*, 08 jan.1896, p. 49-50).

Nesse contexto, amor e casamento não convergiam, embora as regras da sociedade impunham que essa dupla formasse um vínculo indestrutível, selando a vida do casal para toda a eternidade. Para os libertários, matrimônio e amor, naquela sociedade, necessariamente, não eram interdependentes, figurando em diferentes lados da moeda das relações afetivas. O amor não promoveria a união a dois e o casamento não era resultado do amor.

Emma Goldman em seu texto *Marriage and Love* (1910) corroborou para ideia de que essas noções da sociedade sobre o casamento e amor estavam equivocadas:

[...]the popular notion about marriage and love is that they are synonymous, that they spring from the same motives, and cover the same human needs. Like 88 most popular notions this also rests not on actual facts, but on superstition. Marriage and love have nothing in common; they are as far apart as the poles; are, in fact, antagonistic to each other. No doubt some marriages have been the result of love. Not, however, because love could assert itself only in marriage; much rather is it because few people can completely outgrow a convention. There are to-day large numbers of men and women to whom marriage is naught but a farce, but who submit to it for the sake of public opinion. At any rate, while it is true that some marriages are based on love, and while it is equally true that in some cases love continues in married life, I maintain that it does so regardless of marriage, and not because of it. [...] marriage is primarily an economic arrangement, an insurance pact. It differs from the ordinary life insurance agreement only in that it is more binding, more exacting. Its returns are insignificantly small compared with the investments. In taking out an insurance policy one pays for it in dollars and cents, always at liberty to discontinue payments. If, however, woman's premium is a husband, she pays for it with her name, her privacy, her self-respect, her very life, "until death doth part." Moreover, the marriage insurance condemns her to life-long dependency, to parasitism, to complete uselessness, individual as well as social. Man, too, pays his toll, but as his sphere is wider, marriage does not limit him as much as woman. He feels his chains more in an economic sense (GOLDMAN, 1910, p. 96).

Regra geral, militantes do anarquismo, defendiam que o amor livre e a união livre precisavam ser proclamados para dar autonomia afetiva às mulheres e aos homens na hora de suas escolhas, sem que precisassem decidir com base nas convenções sociais impostas por uma sociedade cuja moral e ética eram duvidosas. Carmem Lareva argumentava que a união livre garantiria filhos desejados que seriam naturalmente felizes e livres. A união livre também implicava a liberdade dos companheiros um com o outro, a escolha de ficar juntos ou não, constituindo a verdadeira essência de um amor plenamente livre.

[...] ahora bien, nosotras al proclamar el amor libre, la libre unión de los sexos, creemos firmemente que con ello desaparecen todas estas repugnancias. Unidos libremente y no teniendo nada que temer, pues tendríamos asegurado el sustento para los seres que, fruto de amor, produjera la unión de aquellos que en alas de sus amores fundían dos seres en uno, naturalmente que serían felices y libres los dos; compañeros de sus acciones respectivas, no tendrían que tener nada el uno del otro. Se nos ha dicho que si el amor, la unión, etc., fueran libres, como deseamos, el hombre cambiaría continuamente de mujer y la mujer de compañero, que no teniendo nada que temer de la sociedad ni de la ley, no serían fieles el uno al otro, mientras que hoy, ya sea porque la ley castiga a la adúltera o adúltero, o bien por temor a la crítica social, los esposos se soportan mutuamente sus faltas y rarezas. [...] (*La Voz de la Mujer*, 08 jan. 1896, p. 50).

A adoção do amor livre e conseqüentemente da união livre relacionava-se, também, com a ideia de que as mulheres e os homens poderiam se casar novamente diversas vezes, sem se preocupar com as regras limitantes da sociedade burguesa e suas leis restritivas. No século XIX, como o próprio texto deixa evidente, existiam leis de repressão para homens adúlteros e mulheres adúlteras nos Estados Unidos e na Argentina. Segundo Emma Goldman, o adultério era o motivo da maior parte dos divórcios no século XIX:

[...]that marriage is a failure none but the very stupid will deny. One has but to glance over the statistics of divorce to realize how bitter a failure marriage really is. Nor will the stereotyped Philistine argument that the laxity of divorce laws and the growing looseness of woman account for the fact that: first, every twelfth marriage ends in divorce; second, that since 1870 divorces have increased from 28 to 73 for every hundred thousand population; third, that adultery, since 1867, as ground for divorce, has increased 270.8 per cent.; fourth, that desertion increased 369.8 per cent.[...] (GOLDMAN, 1910, p. 2)<sup>3</sup>.

A satisfação pessoal e a liberdade de escolha eram os principais propulsores para que as libertárias defendessem o amor livre. Para elas, e para Carmem Lareva, a felicidade, a honestidade e a paz valiam mais do que a satisfação advinda do prazer “carnal”. A sociedade do fim do século XIX, na América Latina, começava a viver sob os auspícios de um capitalismo agressivo, no qual certas pessoas podiam adquirir por meio do dinheiro tudo o que julgavam necessitar, tornando a convivência entre os seres cada vez mais egoísta, individualista e competitiva.

Os anarquistas, vistos como um “problema” para a sociedade, sujeitos ao trabalho pesado desde a infância eram defensores de uma educação libertadora, diferente da educação que os filhos dos burgueses recebiam. A educação opressora era apontada por Lareva como responsável pela falta de conhecimento sobre o amor livre. O processo

---

<sup>3</sup> Emma Goldman estudava o amor livre e o divórcio nos Estados Unidos, porém, na Argentina as práticas seguiam os mesmos padrões. Em ambos os casos, as partes deveriam comprovar o adultério.

monopolizador da classe burguesa e da Igreja sobre a educação, seria o verdadeiro responsável pela falta de conhecimento das trabalhadoras e trabalhadores com relação às artes e às culturas.

[...]por otra parte, nosotros, “la escoria” como nos llaman, de la sociedad, viviendo como vivimos desde nuestra temprana edad, sujetas al trabajo que en la forma que hoy se practica, no sólo es degradante y martirizador, sino que es embrutecedor también, naturalmente que no poseemos esa educación que los burgueses en su afán de monopolizarlo todo, monopolizaron también, y por consiguiente no conocemos esos mil goces que a cual más elevado proporciona ésta: tales son la pintura, la música, la poesía, la escultura, etc., etc., y siendo esto así, es indudable que somos en todos los actos de nuestra misarable vida, mucho más materialistas que debiéramos serlo y que seríamos estando educados no como hoy se educa la burguesía, sino mucho mejor aún. El arte eleva el sentimiento, y no poseyendo éste, ni siquiera en su mínima expresión, claro está que no podemos elevarnos hasta él. [...] (*La Voz de la Mujer*, 08 jan. 1896, p. 51).

As cerimônias de enlace matrimonial eram vistas como um ato de conformidade para com as regras da sociedade burguesa e mesmo com aquela união. Para as mulheres anarquistas esse ato cerimonial estava relacionado com o poder de monopólio e controle da burguesia, cujos representantes agiam como “aves de rapina”. Eles viam o casamento como um grande negócio, no qual se negociava a virgindade e o patrimônio. Na Argentina no século XIX, o Estado legalizava e legitimava o casamento; a Igreja tinha o papel de o sacramentar, santificando-o aos olhos de Deus e da sociedade. O mesmo acontecia no Brasil depois da proclamação da República e, portanto, da laicização do Estado. Para a Igreja Católica, o matrimônio tinha relação com a finalidade procriativa, servindo, também, para circunscrever o exercício da sexualidade, equilibrando a “desordem” provocada pelo chamado pecado original.

Na perspectiva libertária, nenhuma união deveria ser resultado de um “acordo”, de um “negócio”. Aceitar, pois, a união livre sem qualquer contestação por não ter um rito cerimonial oficial e religioso, era uma questão de resistência, demonstração mesmo de transgressão à “política e tradição” do Estado burguês.

[...]la ley, la sociedad, en su afán de gobernarlo todo, nos obliga a que concurramos a rendirle ciego homenaje en tal acto. Nosotras no necesitamos tales bendiciones ni ceremonias, y eso es tal como si tomáramos dos perros que 92 anduvieran a brincos en la calle y les dijéramos al mismo tempo que los uníamos uno al otro: “sed felices yo os lo permito”, tal caso harían como si dijésemos lo contrario. En buena hora que los burgueses que deben a su muerte legar el producto de sus robos a sus hijos, en buena hora que ellos vayan a tal o cual parte, pues de no hacer tal, la ley no reconocería a sus hijos herederos. Eso es cuestión de negocio, y eso para ellos está ante todo. Pero en una sociedad donde no habrá tales “negocios”, no es preciso tal pavada. El casamento, como se dice hoy, o más bien la ceremonia de la bendición, no significa más que la conformidad de la sociedad para tal acto, así, pues, si otra

sociedad aceptara como costumbre la libre unión de los sexos claro es que ella quedaba conforme con tal práctica y asunto concluído. [...] (*La Voz de la Mujer*, 08 jan. 1896, p. 51-52).

A militante Pepita Gherra (Guerra) afirmou em seu artigo *¿Amemos? no ¡Luchemos!* que a Anarquia era o passaporte para emancipação plena das mulheres e para a prática do amor livre. Gherra argumentava que a mulheres que possuíssem um “espírito forte”, revolucionário e um “coração sereno” deveriam se unir à causa político-social que se anunciava com a luz de um novo dia; a luz que daria um novo rumo à sociedade e que se aproximava rapidamente. Essa luz, para os militantes, era, evidentemente, a Anarquia, a qual, segundo Pepita, pretendia libertar a humanidade de todos os tiranos.

Pepita em seus artigos chegava a fazer recomendações às mulheres. Dizia-lhes que diante dos padrões estabelecidos para o casamento na sociedade burguesa, as mulheres que não desejassem virar uma prostituta ou uma escrava, não deveriam se casar. Pepita Gherra (Guerra) e Carmem Lareva concordavam quando ambas afirmavam que as mulheres eram objetos sociais e sexuais dos homens, sendo o marido o maior opressor da esposa.

Crítica daqueles que não apoiavam a iniciativa do amor livre e da livre união, Pepita afirmava que os argumentos contrários mereciam seu desprezo e proclamava que as mulheres anarquistas, ou não, fossem livres e donas de seus próprios destinos, lutando sempre por sua liberdade de amar.

[...]Es por esto, queridas compañeras, que yo digo y pienso que a los falsos anarquistas que critican la iniciativa vuestra de proclamar el amor libre, quisiera tenerlos a mi lado para cuando, desgarradas las entrañas, estuviera próximo mi poster aliento, para escupirles al rostro, envuelta en una baba sanguinolenta, esta frase: ¡MARUCAS!... [...] (*La Voz de la Mujer*, 31 jan. 1896, p. 63).

Analisando as ideias sobre amor livre e a sexualidade até aqui expostas, podemos afirmar a existência de uma certa cautela no que diz respeito às questões tratadas. Para as libertárias, a liberdade de escolha não poderia ser confundida com libertinagem. Devemos considerar que as mulheres militantes viveram no final do século XIX, início do século XX e mesmo apresentando disposição para discutir e se posicionar diante de tais temas, apresentando uma visão de vanguarda, alguns discursos acabavam presos em malhas demasiadas apertadas na relação com o tempo.

### 1.3 Homens e mulheres como testemunhas da luta pela emancipação feminina no Brasil

As concepções libertárias sobre a situação social da mulher em fins do século XIX e início do XX também foram objeto de reflexão de alguns militantes no Brasil. Ao defender o amor livre, as libertárias criticavam, assim como alguns homens companheiros de luta, o modelo de amor, união e sexualidade da sociedade burguesa. Segundo as libertárias, o amor livre consistia, essencialmente, em não comercializar as relações afetivas e sexuais entre mulheres e homens. A defesa da liberdade de amar encontrava concepções distintas e formas diferentes dentro do movimento anarquista apontando para uma certa diversidade de opiniões e teorias sobre o assunto.

[...] o tema “amor livre” não era questão pacífica entre os anarquistas [...] e muitos eram os posicionamentos apresentados, nas mais diferentes concepções e entendimentos, sinalizando não apenas para uma diversidade de concepções, a partir das quais, apenas torna-se possível afirmar que havia uma intencionalidade destes discursos – sejam eles a favor ou contra a ideia de amor livre – visando à formação de sujeitos que poderiam dar forma a revolução social almejada pela ideologia anárquica. [...] (RIBAS, 2012, p. 4).

Apesar das ambiguidades que cercavam a proposta do amor livre, o tema marcou pauta entre as libertárias e libertários, que apresentaram uma preocupação com a liberdade sexual e afetiva de ambos os sexos, proclamando o redimensionamento da moralidade e do relacionamento afetivo entre homens e mulheres. No Brasil, possivelmente foram os libertários os primeiros a defender, publicamente, não só a liberdade sexual, mas também a emancipação das mulheres e a igualdade entre os sexos.

Oreste Ristori, anarquista italiano editor do periódico *La Bataglia* de São Paulo, posicionou-se, também, acerca do amor livre e a livre união, quando escreveu um longo artigo para o jornal *A Terra Livre* discorrendo sobre a emancipação feminina. No artigo começou esclarecendo as duas noções:

Estas duas expressões, que alguns amiúde confundem ou apropriam mal em seus raciocínios empregando uma quando se deveria usar a outra, tem um significado muito diverso, pois que, enquanto a primeira – livre amor – se limita a indicar a condição de um sentimento, a outra – união livre – define a condição de um fato. [...] Amor livre não significa apropriação comum da mulher, mas quer dizer: *a liberdade ilimitada para a mulher, como para o homem, de amar quem quiser, a liberdade de concentrar sobre uma pessoa, antes que sobre outra, todos os afetos.* [...] nós queremos que a mulher, como o homem seja, não o objeto possuído, mas o ser livre e consciente (*A Terra Livre*, 21 abr. 1907, p. 1).



A defesa do amor livre, da livre união e da livre desunião (divórcio) não aparecia apenas nos antigos doutrinários. A ocorrência dos chamados crimes de paixão levava os articulistas dos periódicos libertários à reflexão acerca da condição feminina e mesmo dos valores que permeavam as relações entre o masculino e o feminino na chamada sociedade burguesa. No artigo intitulado *A HONRA!* a folha criticava, com o uso da ironia, os crimes passionais:

Um tenente-músico, dizem que grande conquistador de corações, suspeitou um dia que o coração daquela cuja “posse” lhe foi conferida por lei, fora por sua vez conquistada; não admitindo a recíproca, mata o amante, que lhe roubará a *honra!* Um tribunal condena-o; outro absolve-o depois. A lei – ao contrário das leis naturais inflexíveis – oscilou, hesitou, abraçada, ou caprichosa... Não somos partidários da pena, mas o modo de considerar este assassinato dá-nos que pensar... [...] A mulher é considerada como uma coisa, um objeto de propriedade. Quanto a nós, o assassinio parece-nos um modo estranho e bem selvagem de resgatar a *honra* (?); mas nós, já se vê, somos loucos, inimigos da família – da qual são amigos os partidários da escravidão do lar, do adultério e da prostituição. Imaginem! Nós achamos que a mulher deve ser senhora de si, uma pessoa independente, igual ao homem em direitos! Nem sequer reconhecemos ao homem o direito de matar a mulher! Que imorais e que bárbaros nós somos! Verdade é que também nos repugna o assassinato exercido pela mulher sobre o homem, como no caso da que há pouco matou o sedutor, anos depois do desfloramento, .... O tenente Amaral quis também salientar-se, assassinado sua esposa, em presença dos cinco filhos, para defender a sua honra, diz ele, certo de que essa teoria será sustentada também pelos jurados burgueses. O seu raciocínio foi este: a mulher é minha, e faço dela o que eu quiser; fugindo-me de casa, desprestigia-me, e dá um mau exemplo, revoltando-se contra a autoridade do macho sobre a fêmea; e por isso deve ser punida. – E desta gloriosa missão se encarrega o heroico tenente, seguro do apoio e do aplauso dos conservadores da sociedade atual. Tudo belezas da honra e do casamento burgueses! (*A Terra Livre*, 13 jan. 1906, p. 4).

Criticando, portanto, a ideia de que a honra do marido pudesse ser “lavada” com o sangue da esposa, um dos argumentos mais fortes para, então, justificar e absolver o criminoso por paixão, o artigo procurava trabalhar pela transformação dos perfis de gênero e das relações entre o masculino e o feminino. Os crimes de paixão, portanto, eram utilizados para, entre outros, revelarem os desdobramentos do chamado casamento burguês, no qual a honra do marido encontrava-se fora dele, no comportamento fiel da esposa.

Anos depois, *Spártacus*, uma folha libertária editada no Rio de Janeiro, lançava mão de uma tragédia conjugal não só para criticar o crime passionai e a questão da honra, mas, também, para difundir as ideias libertárias a respeito do redimensionamento das relações afetivas entre homens e mulheres:

#### Tragédia conjugal

Há dias uma nova e velha tragédia conjugal abalou os nervos dos leitores... Um caso banal, à força de repetido: um marido que surpreende a esposa em flagrante de adultério e despeja as balas do seu revólver sobre o sedutor e sobre a esposa, matando aquele e ferindo está gravemente, recolhendo-se por fim à cadeia, convencido de ter lavado a honra do seu lar enxovalhado. Um lar defeito, um

cadáver, um assassino... e continua o mundo a rolar com casamentos e adultérios, assassinos e desgraças. [...] Só numa sociedade em que a família se constitua sobre a base única da afeição mútua, sem dependências econômicas ou preconceituosas de um dos cônjuges para o outro nem de ambos para quem quer que seja, desaparecerá o adultério. À união livre, por isso mesmo que será livre, corresponderá a livre desunião. [...] fique, porém, o nosso comentário sereno, como um protesto contra a sangueira burguesa, [...] e imbecil das tragédias conjugais (*SPÁRTACUS*, 10 jan. 1920, p. 4).

Por um lado, a notícia era reveladora no que se referia à violência contra a mulher e aos casos rotineiros de adultérios seguidos dos crimes de honra por conta da infidelidade feminina, que, aos olhos da moral burguesa e cristã, rompia com a tradição que limitava e circunscrevia a sexualidade da mulher. No polo oposto, comentários como os do articulista contemplavam as ideias libertárias cuja preocupação voltava-se para a questão da liberdade sexual e afetiva de ambos os sexos, admitindo a transformação da moral sexual e das relações de gênero.

Essa intervenção histórica dos anarquistas e das anarquistas revela experiências inovadoras, que certamente encontraram dificuldades para serem implantadas naquele contexto da virada do século e que foram silenciadas ao longo do tempo, mas que merecem ser recuperadas devido ao seu pioneirismo.

Outro articulista que publicou na imprensa libertária matéria sobre o Amor Livre, foi Antonio C. Altavila. Seu texto saiu em *A Plebe*, na edição de 4 de dezembro de 1920 e procurava alertar as mulheres "...que aceitavam o poder despótico dos pais que as submetiam pelo casamento a este ou aquele de seu agrado" ou "...as que se entregavam ao poder de um marido, que, conforme a lei o declarava, era o seu dono e o seu tirano". Escreveu ele:

[...] Amor livre não é a união vulgar que por aí se faz, quando da parte do homem existe o preconceito de não dar o "seu nome" à companhia, porque entende que não é digna dele.

Amor livre é o mais belo sentimento de assimilação da vontade e do pensamento que se reúne em dois indivíduos de sexo diferente. É um todo formado pelo homem e pela mulher que se completam, que buscam a vida em comum, sem dependências de códigos ou leis que determinem as suas funções, juntando-os ou apartando-os por simples convenção social. [...]

Amor livre é o mais vivo testemunho da sinceridade do amor que existe entre o homem e a mulher; no amor livre cessa em absoluto qualquer desconfiança que na atualidade existe, muitas vezes, entre casais.

Amor livre é a plena liberdade de amar e não a forma hipócrita do casamento em que o homem e a mulher ligados indissolivelmente pelo casamento civil ou religioso são obrigados pelo preconceito a suportarem-se com enjoo, beijando-se em público com o fel nos lábios e a mentira no coração, e ferindo-se por todas as formas e feitios na alcova conjugal (*A PLEBE*, 4 dez. 1920, p. 2).

No artigo, Antonio C. Altavila defende o amor livre e a livre união, critica o casamento monogâmico indissolúvel e a desigualdade entre homens e mulheres e chama a atenção para o duplo domínio exercido sobre a mulher, pelo pai e pelo marido.

No Brasil, as mulheres militantes também se envolveram nessa luta, procurando libertar o amor, a sexualidade, enfim, a própria mulher. Em artigo publicado no periódico *A Lanterna*, a 24 de maio de 1913, Angelina Soares, uma das militantes que entreteciam a experiência feminina no anarquismo, conclamava para a luta pela emancipação feminina:

Pela emancipação da mulher

Já é tempo da mulher se livrar das cadeias do servilismo e da humilhação que até agora a têm impedido de ocupar o seu posto na luta pela liberdade. A humanidade precisa de homens emancipados para o progresso da sua evolução e não de bonecos embrutecidos pelo fanatismo. Como, porém, conseguir este ideal, quando a mulher, que tem ao seu cuidado a educação da prole, é um ser embrutecido pela ignorância e incapaz de agir independentemente? O clero tem nisto grande responsabilidade [...] A vós homens livres que almejais a liberdade, a vós eu me dirijo para incitar-vos a que empregueis todos os meios persuasivos a fim de estimular as vossas companheiras e as vossas filhas a tomar parte nessa obra de elevação intelectual e moral, base primordial da sua libertação! Companheiras! Já não é sem tempo que as vossas faculdades recuperem a sua lucidez e vivacidade. Sejam eficazes colaboradoras da grande tarefa da redenção humana. [...]. Propaguemos, para bem da humanidade, o nosso ideal de amor, de justiça e de liberdade. (*A LANTERNA*, 24 maio 1913, p. 1)

Com sua sensibilidade, a militante, ela mesma companheira do atuante e combativo operário espanhol libertário Manuel Campos, estimulava a mulher a se libertar “das cadeias do servilismo e da humilhação” e aderir à causa libertária, engajando-se na tarefa da libertação humana. Dirigia-se, também, aos “homens livres” para que estimulassem as companheiras e as filhas ao aprimoramento intelectual e moral, rompendo as amarras da servidão. Esse discurso emancipatório estimulava a participação feminina no espaço público, na vida social e cultural, enfatizando a necessidade da instrução como fundamento de uma sociedade em que a mulher assumisse também o lugar de protagonista.

A professora, jornalista e escritora mineira Maria Lacerda de Moura foi outra voz que se posicionou-se claramente a favor do amor livre, da maternidade voluntária, da redefinição da moral, da educação e emancipação da mulher, “...trazendo novos aportes e problematizações para a experiência anarquista” (RAGO, 2012, p. 6). Aliás, sua produção intelectual, parecia ter uma direção certa: a mulher. E uma meta definida: a libertação da mulher das estruturas econômica, ideológica e política que a dominavam e alienavam.

Nos textos que redigiu e nos discursos que proferiu, juntou à razão da intelectual, a sensibilidade da mulher consciente de sua exclusão histórica. Em 1919, escrevendo sobre o amor livre afirmou:

e querem convencer-nos de que - sem a força, a lei, o governo - a mulher se entregará ao primeiro que passar! Nunca! [...] O amor livre pregado pelos grandes idealistas não é a imoralidade, a dissolução da família e do lar, o mercado da prostituição, a libertinagem que sem o amor livre campeia desenfreada neste triste século parecendo querer reviver a degradação de tempos imemoriais (CORREIA, 1985, p. 44).

Maria Lacerda sinalizava para o fato de que associar amor livre à prostituição era uma concepção própria do mundo burguês masculino. Para ela, não era o casamento civil, regulamentado pelo Estado e sacramentado pela Igreja, que garantia o êxito da vida a dois e nem tampouco a dignidade da mulher. Haja vista que mesmo sem o amor livre, a prostituição assolava a sociedade da época e o matrimônio negociava a mulher.

Na defesa do amor livre, seus argumentos foram firmes e contundentes: “deixem o amor livre, ... homens e mulheres encontrarão nas leis biológicas e nas necessidades afetivas e espirituais, o seu caminho, a sua verdade e a sua vida, ... cada um ama como pode” (MOURA, apud RAGO, 1985, p. 107).

Ainda sobre o amor e a família Maria Lacerda de Moura afirmava que “...no dia em que as crianças forem filhas do puro Amó, ...não forem obra vulgar do acaso ou do descuido, ...veremos surgirem outras verdades...outros sonhos...uma sociedade mais digna” (MOURA, apud CORREIA, 1985, p. 56).

A ideia central dos discursos e artigos das militantes e dos militantes consistia na crítica à situação social da mulher e na defesa da necessidade de transformação dos hábitos da população, de modo que os papéis sociais/sexuais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres fossem reinventados à luz dos princípios libertários. Nesse sentido, bradaram em favor da emancipação feminina, da libertação da mulher do obscurantismo religioso, da dependência econômica, da subordinação jurídica, do aprisionamento moral, do servilismo sexual, da restrição intelectual, da domesticidade social, propugnando formas mais livres de viver para ambos os sexos.

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As libertárias e libertários da Argentina de fins do século XIX abriram as portas para o debate a respeito de questões então delicadas para as mulheres. No intuito de contribuir de forma revolucionária para essa discussão, as militantes anarquistas optaram por escrever textos expondo suas próprias ideias sobre amor livre, união livre e a sexualidade da mulher, encontrando no periódico *La Voz de la Mujer* um meio de firmar sua posição política, social e sexual. As ideias expostas apresentam tons variantes: ora político, ora intimista, sendo este último uma tentativa de aproximação entre as redatoras e as leitoras. O que deve ser observado é que ambos os tons deixam transparecer uma certa cumplicidade entre as mulheres e a criação de um ambiente familiar para a troca de ideias.

Lendo os artigos do periódico argentino concluímos que as relações pautadas no amor livre e na união livre fugiam totalmente dos padrões sociais que a sociedade burguesa então impunha. Essas mulheres e homens foram, muitas vezes, julgados por amar e serem amados livremente, enfrentando críticas de toda parte, da sociedade conversadora e opressora, mas também dos meios operários.

Ao combater o “amor burguês” e o casamento monogâmico indissolúvel as mulheres militantes desejavam maior autonomia em suas vidas, recusando-se a viver a farsa de uma união oficial e abençoada na qual eram vistas como seres que não podiam e não deviam sentir amor e prazer, a menos que um homem sentisse amor e desejo por elas. Nesse caso, a ação de amar, segundo os padrões burgueses, era puramente masculina; toda iniciativa de revelação do amor seria feita pelos homens.

Empenhadas em propagar seus pensamentos e tentar fazer ouvir a voz feminina, o periódico *La Voz de la Mujer* e suas colaboradoras adquiriam uma forte função de estimuladores(as) de ações, tornando-se não só um veículo de combate, como pretendido, mas um ambiente propício para modificação das estruturas morais, sociais e sexuais da sociedade capitalista.

No Brasil não foi diferente. Homens e mulheres deixaram marcas no movimento anarquista manifestando-se com arrebatamento tanto para defender as ideias e práticas libertárias, quanto para despertar as consciências no sentido da necessidade de se produzir nova sensibilidade ligas às relações de gênero.

Reconheciam a necessidade de a mulher libertar-se de qualquer relação autoritária ocorrida no lar, na rua, no trabalho e no lazer. E quando o/as anarquistas defendiam a emancipação da mulher, não o faziam pura e simplesmente movidos pela grandeza de suas ideias humanitárias. Interessava-lhes, sobretudo, libertá-la do mundo burguês masculino para que ela pudesse combatê-lo e ajudar a destruí-lo. O projeto da emancipação feminina, assim, aparecia como parte da emancipação de toda a humanidade.

Militantes anarquistas apresentavam forte crítica à família burguesa. Condenavam veementemente o casamento monogâmico indissolúvel, legalizado pelo Estado, sacramentado pela Igreja e negociado por parentes, que regulamentava a vida do casal e da família. Reprovavam a imposição social da procriação como razão do matrimônio e da vida da mulher. Desejavam que a família fosse formada livremente e fundada unicamente no amor. Pretendiam que os filhos fossem uma opção consciente e livre do casal. E defendiam abertamente o divórcio.

Como o tempo é a dimensão de análise da história, é por meio da perspectiva temporal que podemos analisar as transformações históricas, mas também suas permanências. Como passar das décadas, tais propostas pioneiras propugnadas pelos e pelas anarquistas foram incorporadas a nossa sociedade, fazendo parte da vida cotidiana. Outras questões, porém, permanecem. As transformações referentes ao *status* feminino na modernidade ainda não foram fortes o suficiente para dissolver a legitimidade da dominação masculina.

### 3 REFERÊNCIAS

ALBERT, Charles. **O Casamento burguês e o Amor livre**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1980.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1972.

CORREIA, Francisco. **Mulheres anarquistas**. In: PRADO, Antônio Arnoni (org.). *Libertários e militantes: arte, memória e cultura anarquista*. Campinas: Unicamp, 1985.

FREIRE, Roberto. **O amor libertário**. In: **Libertárias**. Revista Brasileira de Cultura Libertária. São Paulo: Imaginário, n.1, out/nov. 1997.

GOLDMAN, Emma. **Anarchism and Other Essays**. Nova York- Londres: Second Revised Edition, 1910.

GRUPO ANARQUISTA 1º DE MAIO (org.). **Malatesta**; textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1984.

GUÉRIN, Daniel (org.). **Bakunin: textos escolhidos**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: s/n, s/d.

LUIZETTO, Flávio. **As utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALATESTA, Errico. **O problema do amor**. In: **Aurora**. Revista mensal de crítica social e literária. São Paulo: n. 5., 1 jun. 1905.

MALATESTA, Errico. Os anarquistas e o sentimento moral. In: **Escritos revolucionários**. São Paulo: Novos Tempos, 1989.

MARTINS, Angela Maria Roberti. **“Mulher Liberta-te!”** O Anarquismo e as Mulheres. In.: LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro; MARTINS, Angela Maria Roberti; SANTOS, E. M. (orgs.). **Pensando a História: reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História através de perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v.1., 208 p.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **“Es Que No Es Digna La Satisfacción De Los Instintos Sexuales?”**. Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola. In.: SOARES, Carmen Lúcia (org). *Corpo e História*. Campinas, SP; Autores Associados. 2006. pp. 145-161.

RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998.

RAGO, Margareth. **Entre o anarquismo e o feminismo**: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. In.: **VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº21 (Maio 2012). - São Paulo: o Programa, 2012. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/margarethrago.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

RIBAS, Ana Cláudia. **Entre bandeiras negras e as asas de eros: os discursos sobre amor livre nas páginas do jornal anarquista A Plebe (1917-1951)**. Anais Coninter-Aninter-SH, Niterói-RJ, 2012.